



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 9:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. 4.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013
2. REQ. N.º 344/13 – PC N.º 418/11 – MANUEL SIMÕES CARVALHO
3. REQ. N.º 226/13 – PC N.º 29/12 – MANUEL CRUZ CADETE
4. REQ. N.º 376/13 - PC N.º 346/12 – OBRILHA - CONSTRUÇÕES, S.A.
5. REQ. N.º 2308/11 – PC N.º11/11 – ISABEL CRISTINA REIS SILVA
6. REQ. N.º 1256/11 – PC N.º08/09 – UWE KARL KURT DUKOWSKY
7. REQ. N.º 439/12 – PC N.º100/09 – AUGUSTO TOMÉ PENELA
8. REQ. N.º 1702/11 – PC N.º355/07 – PEREIRA COSTA & GAMEIROS, LDA.
9. REQ. N.º 2389/11 – PC N.º 465/05 – JOSÉ SANTOS FARIA

10. REQ. N.º 538/11 - PC N.º 20/07 – ANTÓNIO BARROS
11. REQ. N.º 332/11 – PC N.º 140/10 – MARIA ELISA TOMÉ PEREIRA ALFAIATE
12. REQ. N.º 109/13 – PC N.º 56/10 – CLÁUDIO FRANCISCO MARCELINO MOITA
13. REQ. N.º 1664/12 – PC N.º 215/12 – ÁLVARO BRITO FREIRE
14. REQ. N.º 208/13 – PC N.º 253/10 – ILIDIO PEREIRA COSTA CANAS
15. REQ. N.º 118/13 – PC N.º 159/2012 – CRESMOEL – CENTRAL RESERVAS E GESTÃO HABITAÇÕES LDA
16. REQ. N.º 409/13 – PC N.º 71/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, SA.
17. REQ. N.º 410/13 – PC N.º 72/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, SA.
18. REQ. N.º 411/13 – PC N.º 73/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, SA.
19. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES E BALDES NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE - REVISÃO DE PREÇOS
20. PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013 – RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 2013.
21. CABIMENTO ADICIONAL À DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 07 DE MARÇO DE 2013 - PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA
22. “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM” - CP 05/2010 - DOEM – APROVAÇÃO DA SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS.
23. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA” – CP N.º 05/2011 – TRABALHOS A MENOS.
24. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA” – CP N.º 05/2011 – TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.
25. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR A 1 DE ABRIL DE 2013

26. TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO A FAVOR DE HORTÊNCIA BATISTA ASCENSO RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE BLOCO 8, 3.ª ESQUERDO, CASAL DE MALTA, POR MORTE DO CÔNJUGE - PRIMITIVO ARRENDATÁRIO DA FRAÇÃO.
27. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA DA INQUILINA HORTÊNCIA BATISTA ASCENSO, PRACETA DA LIBERDADE BLOCO 8, 3.ª ESQ.ª, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL.
28. ANULAÇÃO DAS GUIAS DE RECEITA REFERENTES AOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DO CORRENTE ANO, EM NOME DE CATARINA SOLANGE SOARES, INQUILINA RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE BLOCO 3 RÉ-DO-CHÃO DIREITO.
29. TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO A FAVOR DE FERNANDA ALVES BATISTA POMBO, RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO L 1.ª FRENTE DIREITO, CASAL DE MALTA, POR MORTE DO CÔNJUGE - PRIMITIVO ARRENDATÁRIO DA FRAÇÃO.
30. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO N.ª 85, SITA NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE, CAMARNAL – MARIA ADELINA M. VEIGA - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
31. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 1.ª DIREITO DO BLOCO 44, SITA NA RUA DA CHARNEQUINHA, MOITA – CARLA SOFIA PAULO DE JESUS - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
32. FORNECIMENTO DE ALMOÇOS A ALUNOS CARENCIADOS PERTENCENTES AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS GUILHERME STEPHENS E NERY CAPUCHO, APÓS O TERMO DA 2.ª FASE DE ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS ESCOLARES.
33. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE ABRIL DO CORRENTE ANO.
34. PRÉDIO DEGRADADO – RUA JOAQUIM CARVALHO DE OLIVEIRA, N.ª 16 – MARINHA GRANDE - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIOS: HERDEIROS DE JOSÉ INÁCIO ALVES E MARIA ROSA LUCAS - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – AUTO DE VISTORIA - TRABALHOS DE CORREÇÃO DE DEFICIÊNCIAS E MÁS CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE E SEGURANÇA.

35. PRÉDIO DEGRADADO – RUA LUCIANO MIGUÉIS, N.º 17 – MARINHA GRANDE - RISCO DE DERROCADA DA COBERTURA – DERROCADA PARCIAL JÁ VERIFICADA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIA: MARIA CESARINA GUERRA MORAIS OLIVEIRA BELO - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – AUTO DE VISTORIA - TRABALHOS DE CORREÇÃO DE DEFICIÊNCIAS E MÁS CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE E SEGURANÇA.

36. RESUMO DE TESOUREARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:**
 - ⇒ É a favor dos protocolos com as Juntas de Freguesia mas tem reparado que um trabalho meritório que vinha sendo desenvolvido pela Junta de Freguesia da Marinha Grande, na colocação de massas asfálticas, há meses e meses que não é efectuado, porque não há o material.
 - ⇒ Estranhou não ser convidado para as Comemorações dos 25 anos da elevação a cidade da Marinha Grande. A Junta de Freguesia da Marinha Grande também não terá sido convidada, pelo que gostaria de ser esclarecido, pois a ser verdade é grave.
- **O Sr. Vereador Dr. António Santos abordou os seguintes assuntos:**
 - ⇒ Não é contra a publicação de revistas pela Câmara, tal como sucedeu no anterior mandato e neste, porque elas são o resultado do trabalho desenvolvido. Não concorda é com o ruído que se fez em 2009 por causa da revista da CDU e agora faz-se exactamente a mesma coisa, maior ou menor, com mais ou menos folhas, o princípio é o mesmo.
 - ⇒ Este ano vai pagar mais impostos e não vê resultados na aplicação do produto dos impostos, designadamente do IMI e do IRS, para ajudar os mais carenciados, tal como vem defendendo desde o início do mandato.
- **A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho abordou os seguintes assuntos:**
 - ⇒ Porque razão os Bombeiros não foram autorizados a realizar a feira de abril?

- ⇒ O que é que a Câmara pode fazer para ajudar a utilizar o sintético do ACM?
- ⇒ Nos últimos dias, na Av.^a José Gregório, no troço entre o Império e o corte para a Garcia, a estrada tem estado completamente às escuras, sem qualquer iluminação.

▪ **Sobre algumas das questões colocadas, o Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

- ⇒ Sintético – deu-se a falência da SAD da U. Leiria, e quando sair a sentença do Tribunal é que o Dr. Victor Faria vai fazer o pedido de ressarcimento dos prejuízos da Câmara.
- ⇒ Feira de abril – há um pedido da Associação de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande para fazer a feira, em que referem que caso a mesma se realize no Parque Municipal de Exposições serão beneficiados com um donativo de 6.000 €, se for junto ao Estádio Municipal receberão 10.000 €. A Câmara chamou-os e disse-lhes que o melhor sítio, com todas as condições, era o Parque Municipal de Exposições, e os promotores (feirantes), não querem. O piso junto ao Estádio é em terra batida, não tem condições nem instalações sanitárias.
- ⇒ Convite para as comemorações – neste momento não dispõe de informação mas vai saber o que se passou.

▪ **O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:**

- ⇒ Iluminação – vai saber o que se passa, uma vez que não dispunha desta informação.
- ⇒ Matérias primas para a Junta de Freguesia da Marinha Grande – o stock esgotou-se em janeiro e está em curso o procedimento para aquisição desses produtos, tal como já informou na semana passada o Presidente da Junta. Também as ruas de que a Dr.^a Alexandra falou na anterior reunião vão ser objecto de procedimento.

▪ **O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira abordou ainda os seguintes assuntos:**

- ⇒ Matas – pretende alertar a Câmara para que faça uma pressão suplementar em relação à limpeza e à desobstrução das estradas que se encontram cortadas, pois se houver um problema grave, designadamente um incêndio, agora que se aproxima o verão, as consequências vão cair em cima da Câmara.
- ⇒ Folheto editado pela Câmara – a verba orçamental para este tipo de pagamento não foi aprovada pela Câmara e na semana seguinte aparece o folheto, pelo que pergunta como é que a verba foi cabimentada, em que rubrica orçamental e como é que vai ser paga.

Em relação às matas, o **Sr. Presidente** informou que andam a limpar algumas zonas. Nas que ficam junto ao ribeiro só na semana passada é que a lenha foi vendida, e pensam ter tudo limpo lá para o fim de maio. Para o início do próximo mês de abril está marcada uma audiência com o novo Secretário de Estado das Florestas, pelo que pretende sensibilizá-lo para a necessidade da limpeza das matas.

▪ **O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho perguntou o seguinte:**

- ⇒ Há algum programa para o 25 de abril, qual o envolvimento do movimento associativo?
- ⇒ Relativamente às comemorações da elevação a cidade, quais foram as entidades convidadas?

A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** informou que o programa do 25 de abril está feito, poderá trazê-lo à próxima reunião ou então enviá-lo por e-mail, e há envolvimento das associações neste programa.

Em relação ao dia 11 de março, a **Sr.ª Vereadora** referiu que se deslocou a Montemor-o-Novo, onde foi cumprimentar as entidades convidadas para as comemorações das 4 cidades, que este ano decorreram naquela cidade. Aqui, e como eram os 25 anos, entendeu-se dar um cunho local, trazendo as crianças dos jardins do Agrupamento Guilherme Stephens, fazendo a exposição com os desenhos sobre a cidade, elaborados pelas crianças do 1.º ciclo, e lançando os circuitos industriais, para dar a conhecer o lado industrial do concelho.

- O **Sr. Presidente** pediu à Chefe da Divisão Financeira, **Dr.ª Sandra Paiva**, que explicasse a cabimentação da despesa relativa à revista publicada pela Câmara. Respondendo à questão colocada pelo Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira, a **Dr.ª Sandra Paiva** esclareceu que a modificação que foi rejeitada na anterior reunião de Câmara não teve qualquer implicação na adjudicação da edição da revista e da sua distribuição, tendo divulgado os valores envolvidos e os procedimentos efetuados.

O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** aproveitou a presença da **Dr.ª Sandra Paiva**, para perguntar para quando está prevista a aquisição da massa asfáltica, tendo aquela informado que o procedimento está para ser lançado esta semana. Entretanto foi comprada alguma massa avulso, até que houvesse condições (fundos disponíveis) para assumir o compromisso e poder lançar o procedimento, prevendo-se que o concurso esteja concluído entre a 1.ª e a 2.ª semana de abril. A **Dr.ª Sandra** lembrou que costuma ser nesta altura, entre março/abril, que se fazem estas compras para prover o armazém, com as verbas do IML.

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de cinco processos de obras particulares, que identificou e cujas propostas foram antecipadamente enviadas por e-mail a todos os membros do executivo, pelo que foram por todos aceites, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.

O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais quatro assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

- O **Sr. Presidente** informou que na 5.ª e 6.ª feira passadas foi a La Granja de San Ildefonso com a Sr.ª Vereadora e com a Dr.ª Catarina Carvalho, visitar o Museu do Vidro local, uma vez que vai haver colaboração total com o nosso Museu do Vidro, na troca de exposições.

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** referiu que é de opinião que nestas matérias, que se prendem com as geminações, a Câmara deveria ser previamente informada destas visitas.

A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** esclareceu que a deslocação não foi efetuada no âmbito protocolar, e que foram num dia e vieram no seguinte, destinando-se apenas a tratar de uma exposição.



1 - 4.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013

208 - Presente proposta da 4ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

4ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2013, no valor de 23.023,62 euros nos reforços e de 23.023,62 euros nas anulações;

4ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2013 no valor de 27.559,75 euros nos reforços e de 31.059,75 euros nas anulações;

2ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2013 no valor de 14.500 euros nos reforços e de 14.500 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 4ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 344/13 – PC N.º 418/11 – MANUEL SIMÕES CARVALHO

209 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de construção de uma moradia unifamiliar e demolição de uma edificação existente, localizada num prédio urbano sito na Rua José Moreira, Vieira de Leiria, Freguesia de Vieira de Leiria, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 05/07/2012.

Presente informação técnica dos serviços de 07/03/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**
- 2. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.**
- 3. A instalação do recetáculo postal domiciliário deverá ser executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 08/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.**
- 4. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da autorização de utilização.**
- 5. Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados**

de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea *f*) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no se Anexo II.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da lei n.º 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 226/13 – PC N.º 29/12 – MANUEL CRUZ CADETE

210 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de legalização de alteração e ampliação de moradia e muros de vedação, localizada num prédio sito na Rua 5 de outubro, nº 46, Lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande.

Presentes projetos de arquitetura e projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro.

Presentes informações técnicas dos serviços de 06/03/2013 e 13/03/2013, que atestam estarem os projetos apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação de planta de implantação retificativa, que considere a construção de muro de vedação com um afastamento de 1,10 m relativamente ao muro existente.
2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente um passeio e respetivo remate da faixa de rodagem, na extensão total do prédio confinante com a Rua 5 de

outubro, cujos materiais deverão ser oportunamente definidos pelos serviços camarários competentes.

3. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.
4. A instalação do recetáculo postal domiciliário deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da lei n.º 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Nos termos do n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 376/13 - PC N.º 346/12 – OBRILHA - CONSTRUÇÕES, S.A.

211 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de legalização de alteração e ampliação de moradia e muros de vedação, localizada num prédio sito na Rua 5 de outubro, nº 32, Lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande.

Presentes projetos de arquitetura e projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da lei nº 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 14/03/2013 que atesta estarem os projetos apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente um passeio e respetivo remate da faixa de rodagem, na extensão total do prédio confinante com a Rua 5 de outubro, cujos materiais deverão ser oportunamente definidos pelos serviços camarários competentes.
2. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.
3. A instalação do recetáculo postal domiciliário deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da lei nº 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 2308/11— PC N.º11/11 — ISABEL CRISTINA REIS SILVA

212 - Presente requerimento n.º 2308/11, datado de 14/11/2011, constante do processo n.º 111/11, subscrito por Isabel Cristina Reis Silva, com o NIF n.º 201968410, residente em Rua Santo António de Platina, n.º 630, Freguesia de Vieira de Leiria, a solicitar licenciamento de obras de alteração de edifício destinado a habitação, incidentes sobre um prédio sito em Rua Santo António de Platina, n.º 630, Freguesia de Vieira de Leiria.
Presente informação técnica sobre o assunto, datada de 21/11/2011.

A Câmara Municipal analisou a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, e concordando com os fundamentos de facto e de

direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para dizer, por escrito, no prazo de 30 dias, o que se lhe oferecer:

“O projeto não se apresenta apto para aprovação, sendo passível de ser indeferido nos termos do disposto na alínea a), do n.º1, do Art.º 24º, do Dec.-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Dec.-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, por violar:

a) *PDMMG ao exceder o valor de referência do índice bruto de construção para o local fixado n.º 9 do artigo 5º do regulamento do PDMMG;*

b) *Normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente:*

ba) Regulamento Geral das Edificações Urbanas - artigos 71º e 73º, sobre a área mínima de vão de iluminação e ventilação de compartimentos habitáveis, e afastamentos desses vãos a fachada fronteira;

bb) Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – Regulamento n.º 449/2010, de 17/05 - artigo 64º alínea a) por não fazer a menção do número de processo camarário existente, bem como de outros elementos que possibilitem a sua referência por parte dos Serviços Municipais para a construção do anexo (arrumos) existente.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1256/11 – PC N.º08/09 – UWE KARL KURT DUKOWSKY

213 - Presente projeto de licenciamento de construção de moradia e destaque de uma parcela de terreno, a que foi atribuído o número de processo 08/09, incidente sobre um prédio sito no lugar de Machinha, Freguesia de Moita, apresentado por Uwe Karl Kurt Dukowsky, com o NIF n.º 217669468, residente em Rua da Lagoa, n.º 29, lugar de Figueiras, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 30/06/2011.

Presente informação técnica datada de 11/03/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de construção uma moradia e destaque de uma parcela de terreno, a que foi atribuído o número de processo 08/09, incidente sobre um prédio sito em Machinha, Freguesia de Moita, apresentado por Uwe Karl Kurt Dukowsky, com o NIF n.º 217669468, residente em Rua da Lagoa, n.º 29, lugar de Figueiras, Freguesia de Marinha Grande, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 04/04/2007, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 71.º do mencionado RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 439/12 – PC N.º100/09 – AUGUSTO TOMÉ PENELA

214 - Presente projeto de licenciamento relativo à obra de alteração de edifício para instalação de estabelecimento hoteleiro, a que foi atribuído o número de processo 100/09, incidente sobre um prédio sito na Rua L, Talhões da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por Augusto Tomé Penela, com o NIF n.º 126716412, com residência na Rua António Vitorino, n.º 6, Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande.

Presente requerimento n.º 439/12, datado de 2012/03/09, subscrito pelo requerente supra identificado, a solicitar a prorrogação do prazo para requerer a emissão do alvará de construção, deferido por despacho do Sr. Presidente datado de 2012/03/13.

Presente informação técnica datada de 2013/03/14, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do art. 71.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento relativo à obra de alteração de edifício para estabelecimento hoteleiro, a que foi atribuído o número de processo 100/09, incidente sobre um prédio sito na Rua L, Talhões da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por Augusto Tomé Penela, com o NIF n.º 126716412, com residência na Rua António Vitorino, n.º 6, Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande, no prazo previsto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, adiante RJUE, com prorrogação concedida por despacho de 2012/03/13, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 2011/02/24, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 71.º do RJUE.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 1702/11— PC N.º 355/07 — PEREIRA COSTA & GAMEIROS, LDA.

215 - Presente projeto de licenciamento relativo à obra de construção de edifício habitacional e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 355/07, incidente sobre um prédio sito no gaveto da Rua do Corgo Sul com a Rua Filarmónica Recreativa Amieirinhense, Lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, apresentado pela firma Pereira Costa & Gameiros, Lda., com o NIF n.º 500846090, com sede na Avenida Vitor Gallo, n.º 83 C, Freguesia de Marinha Grande, Concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 2013/03/13, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do art. 71.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento relativo à obra de construção de edifício habitacional e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 355/07, incidente sobre um prédio sito no gaveto da Rua do Corgo Sul com a Rua Filarmónica Recreativa Amieirinhense, Lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, apresentado pela firma Pereira Costa & Gameiros, Lda., com o NIF n.º 500846090, com sede na Avenida Vitor Gallo, n.º 83 C, Freguesia de Marinha Grande, Concelho de Marinha Grande, no prazo previsto no n.º 1

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

do art. 76.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, adiante RJUE, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 2011/10/13, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 71.º RJUE.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 2389/11 – PC N.º 465/05 – JOSÉ SANTOS FARIA

216 - Presente projeto de licenciamento relativo à operação de loteamento urbano com obras de urbanização, a que foi atribuído o número de processo 465/05, incidente sobre um prédio sito no Lugar de Barqueiro, Freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por José dos Santos Faria, com o NIF n.º 164761543, com residência na Travessa do Barqueiro, n.º 1, Freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande.

Presente requerimento n.º 2043/10, datado de 2010/08/25, subscrito pelo requerente supra identificado, a solicitar a prorrogação do prazo para requerer a emissão do alvará de loteamento com obras de urbanização, deferido por despacho do Sr. Presidente datado de 2010/09/23.

Presente requerimento n.º 2389/11, datado de 2011/11/25, subscrito pelo requerente supra identificado, a solicitar a prorrogação do prazo para requerer a emissão do respetivo alvará, deferido por despacho do Sr. Presidente datado de 2012/01/10.

Presente informação técnica datada de 2013/03/13, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do art. 71.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento da operação de loteamento urbano com obras de urbanização, a que foi atribuído o número de processo 465/05, incidente sobre um prédio sito no Lugar de Barqueiro, Freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por José dos Santos Faria, com o NIF n.º 164761543, com residência na Travessa do Barqueiro, n.º 1, Freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande, no prazo previsto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, adiante RJUE, com prorrogações concedidas por despachos de 2010/09/23 e de 2012/01/10, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 2009/09/17, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 71.º do RJUE.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 538/11 - PC N.º 20/07 – ANTÓNIO BARROS

Processo retirado da ordem do dia.

11 - REQ. N.º 332/11– PC N.º 140/10 – MARIA ELISA TOMÉ PEREIRA ALFAIATE

217 - Presente pedido de licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, com destaque de parcela, a que foi atribuído o número de processo 140/10, incidente sobre um prédio sito em Rua Isabel Valgrande Parracho, Freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por Maria Elisa Tomé Pereira Alfaiate, com o NIF n.º 117847780, com sede em Rua da Marinha Grande, n.º 28, Freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 24/02/2011.

Presente informação técnica datada de 18/03/2013, sobre o limite do prazo concedido à firma requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, com destaque de parcela, a que foi atribuído o número de processo 140/10, incidente sobre um prédio sito em Rua Isabel Valgrande Parracho, Freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por Maria Elisa Tomé Pereira Alfaiate, com o NIF n.º 117847780, com sede em Rua da Marinha Grande, n.º 28, Freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

n.º 28/2010, de 02/09, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 24/02/2011, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 71.º do mencionado RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 109/13 – PC N.º 56/10 – CLÁUDIO FRANCISCO MARCELINO MOITA

218 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 109/13 de 21-01-2013, de Cláudio Francisco Marcelino Moita, com o NIF 194144615, residente em Rua Outeiro Laranjo, n.º 3, lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 56/10, e titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 57/12, emitido em 12/10/2012.

Presente parecer técnico datado 06/03/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Outeiro Laranjo, lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Cláudio Francisco Marcelino Moita, residente em Avenida da Liberdade, n.º 195, Lisboa, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos

Engenheira Maria João

Arquiteto Ricardo Santos

Fiscal Nuno Fernandes

2) Membros suplentes

Engenheiro Jorge Junqueira

Arquiteto Alexandre Fava

Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

13 - REQ. N.º 1664/12 – PC N.º 215/12 – ÁLVARO BRITO FREIRE

219 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1664/12 de 08/03/2013, de Álvaro Brito Freire, com o NIF 182088383, residente em Urbanização da Valeira, Lote 13, lugar de Boco, Freguesia de Vieira de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 215/12, e titulada pelo comprovativo de admissão da comunicação prévia de obras de legalização emitido em 08/10/2012.

Presente parecer técnico datado 08/03/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Urbanização da Valeira, Lote 13, lugar de Boco, Freguesia de Vieira de Leiria, propriedade de Álvaro Brito Freire, residente em Urbanização da Valeira, Lote 13, Boco, Freguesia de Vieira de Leiria, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos

Engenheira Maria João Oliveira

Arquiteto Ricardo Santos

Fiscal Nuno Fernandes

2) Membros suplentes

Engenheiro Jorge Junqueira

Arquiteto Alexandre Fava

Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

14 - REQ. N.º 208/13 – PC N.º 253/10 – ILÍDIO PEREIRA COSTA CANAS

220 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 208/13 de 11/02/2013, de Ilídio Pereira Costa Canas, com o NIF 109214161, residente em Rua Fonte dos Ingleses, n.º 14, lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 253/10, e titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 59/12, emitido em 29/10/2012.

Presente parecer técnico datado 13/03/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Fonte dos Ingleses, n.º 14, lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Ilídio Pereira Costa Canas, residente Rua Fonte dos Ingleses, n.º 14, lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos

Engenheira Maria João

Arquiteto Ricardo Santos

Fiscal Nuno Fernandes

2) Membros suplentes

Engenheiro Jorge Junqueira

Arquiteto Alexandre Fava

Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

15 - REQ. N.º 118/13 – PC N.º 159/2012 – CRESMOEL – CENTRAL RESERVAS E GESTÃO HABITAÇÕES LDA

221 - Presente requerimento a solicitar a verificação das condições de salubridade ao terraço que rodeia as frações propriedade da Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, na torre Sul do Centro Comercial Lumar – Edifício Lumar, em virtude de existirem infiltrações de águas para as frações do rés-do-chão do referido edifício.

Presente requerimento a dar conta da existência de duas entidades representantes da totalidade dos condóminos do edifício.

Presentes pareceres técnicos dos serviços a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou:

- 1. Determinar a realização da vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do R.J.U.E. - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30/03, por forma a determinar-se quais as obras necessárias a corrigir as más condições de segurança e salubridade apresentadas pela edificação, agendando-se a mesma para dia 04/04/2013, pelas 10h00, devendo o auto a elaborar conter as menções constantes do n.º 4 do mencionado artigo;**
- 2. Notificar esta decisão a ambas as entidades responsáveis pela administração do condomínio, de modo a ficar representada a totalidade dos proprietários das frações do edifício objeto do procedimento, informando que, até à véspera da vistoria poderão indicar perito para intervir na realização da vistoria e formular os quesitos que entenda, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 90.º do R.J.U.E.;**
- 3. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do mencionado diploma legal, deliberou, ainda, designar a composição da comissão que efetuará a vistoria determinada, com a seguinte constituição:**

1) Membros efetivos

Engenheiro Jorge Junqueira

Arquiteto Alexandre Fava

Eng.º Vasco Fernandes

2) Membros suplentes

Engenheira Maria João Oliveira

Arquiteto Ricardo Santos

Dr.ª Eunice Marques

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N.º 409/13 – PC N.º 71/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, SA.

222 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por ZON TV CABO PORTUGAL, SA, para abertura de vala para execução de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, a levar a efeito na Rua Eng.º André Navarro e na Avenida Vitor Gallo, ambas da Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 15/03/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública apresentado ZON TV CABO PORTUGAL, SA., para abertura de vala para execução de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, a levar a efeito na Rua Eng.º André Navarro e na Avenida Vitor Gallo, ambas da Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Deverá ser promovida a nivelção de todas as tampas de caixa de visita que não estejam à cota do pavimento e substituídas todas as tampas danificadas.*
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N.º 410/13 – PC N.º 72/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, SA.

223 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por EDP – Distribuição de Energia, S.A., para abertura de vala numa extensão de 8,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua Esquerda, Freguesia de Moita.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 27/02/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaíu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala numa extensão de 8,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua Esquerda, Freguesia de Moita, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Deverá ser dado conhecimento desta aprovação à Junta de Freguesia da Moita.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N.º 411/13 – PC N.º 73/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, SA.

224 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por EDP – Distribuição de Energia, S.A., para abertura de vala numa extensão de 12,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 11/01/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaíu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala numa extensão de 12,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro, Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- O corte deve ser de pavimento deve ser feito de forma a evitar a interrupção da via.
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida nesta altura, entre as 10:50 horas e as 11:20 horas, para um pequeno intervalo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

19 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES E BALDES NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE - REVISÃO DE PREÇOS

225 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de 02 de setembro de 2010 foi adjudicada a *“Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e a prestação de serviços de fornecimento, colocação, manutenção, substituição, lavagem e desinfecção de contentores e baldes no Concelho da Marinha Grande”*, com a duração de 5 anos, à empresa ECOAMBIENTE-CONSULTORES DE ENGENHARIA, GESTÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, S.A./PRAGOSA AMBIENTE, SA pelo valor total de 2.368.290 euros (dois milhões, trezentos e sessenta e oito mil duzentos e noventa euros), acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que no artigo 13º do caderno de encargos e na cláusula 6ª do contrato, este está sujeito a revisão de preços anual, a partir do segundo ano de vigência do contrato, indexada ao índice de preços do consumidor verificado no período anual antecedente disponível, neste caso o ano de 2012.

Considerando que o Índice de Preços do Consumidor publicado pelo Instituto Nacional de Estatística para o ano de 2012, para o continente, é de 2,73%, como se atesta em documento anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção da despesa que decorre da revisão de preços deste contrato, na classificação orgânica/económica 07/020225, ação do PAM 2010/A/57.

Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea b), n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho e art.º 64, n.º 1, alínea d) da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, na sua redação atual, aprovar a revisão de preços do contrato relativa à *“Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e a prestação de serviços de fornecimento, colocação, manutenção, substituição, lavagem e desinfecção de contentores e baldes no Concelho da Marinha Grande”*, de acordo com o índice de preços do consumidor registado no continente, no ano de 2012 (2,73%), para produzir efeitos a partir do dia 28 de março de 2013, passando o preço unitário por tonelada de

27,58 euros para 28,33 euros, ao que corresponde um aumento de 0,75 euros por tonelada, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013 – RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 2013.

226 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de 24-01-2013, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- tratar-se de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2013 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 24-01-2013.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados atenta deliberação camarária de 24-01-2013, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado foi o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - CABIMENTO ADICIONAL À DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 07 DE MARÇO DE 2013 - PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA

227 - Presente informação n.º 06RD/2012 da Área de Contabilidade relativa ao processo de cabimento do PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA, presente na reunião de 07-03-2013.

Considerando que a 7 de março de 2013 foi efetuado o cabimento n.º 584/2013 referente à minuta de deliberação no âmbito do protocolo de delegação de competências celebrado com a junta de Freguesia de Vieira de Leiria, a fim de esta ser presente em reunião de câmara de 07 de março de 2013 (anexo I) e que este foi efetuado pelo montante de 75.012,00 euros, na ação 2013/A/128.

Considerando que o cabimento n.º 584/2013 foi efetuado, pelo valor do protocolo sem o valor do IVA, ficando por cabimentar o IVA no montante de 4.500,72 euros, pelo que o cabimento emitido é insuficiente para a despesa que se pretendia assumir.

Considerando que a ação 2013/A/128 têm dotação no montante de 4.988,00 euros, quer na presente data quer na data de emissão do cabimento, previamente à tomada da deliberação da CMMG conforme demonstra o anexo II.

Considerando que a situação descrita consubstanciou num lapso na perceção do valor a cabimentar e que não existindo negligência ou dolo na ação, foi requerida autorização para se proceder ao cabimento do IVA do protocolo de delegação de competências no montante de 4.500,72 euros, tendo sido emitido o cabimento adicional n.º 613/2013 no dia 13-03-2013 e o compromisso n.º 616/2013, no mesmo dia, tendo sido comunicado nos termos do disposto do n.º 3 do art.º 5 do 8/2012 de 21 de fevereiro o número do compromisso à JUNTA DE FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA.

Atento o exposto a Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da informação e da retificação efetuada mantendo o sentido da deliberação tomada em 07-03-2013 relativa a

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

"PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA".

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - "REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM" - CP 05/2010 - DOEM – APROVAÇÃO DA SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS.

228 - Presente pedido apresentado pela firma LENA CONSTRUÇÕES, SA, solicitando a suspensão parcial dos trabalhos, devido às condições meteorológicas adversas que impedem a normal execução dos trabalhos.

Presente informação da DISU, propondo a aprovação da suspensão parcial dos trabalhos da empreitada identificada em epígrafe, nos termos do disposto no artigo 297º, alínea a), e, artigo 366º, n.º 4, do Código dos Contratos Públicos (CCP), por *impossibilidade temporária de cumprimento do contrato*, devido às condições meteorológicas adversas, com efeitos a partir do dia 28 de fevereiro de 2013 e por um período de 45 dias, que será interrompido logo que estejam reunidas as condições necessárias para o reinício de execução dos trabalhos.

A Câmara Municipal, com os fundamentos constantes da informação técnica que se dá por reproduzida, delibera, aprovar a suspensão parcial dos trabalhos da empreitada de "REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE", adjudicada à firma LENA CONSTRUÇÕES, SA, nos termos do disposto nos artigos 297º, alínea a), e, 366º, n.º 4, do CCP, por *impossibilidade temporária de cumprimento do contrato*, devido às condições climatéricas adversas, com efeitos a partir do dia 28 de fevereiro de 2013 e por um período de 45 dias, que será interrompido logo que estejam reunidas as condições necessárias para o reinício de execução dos trabalhos.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 4 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU e do PSD

23 - "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA" – CP N.º 05/2011 – TRABALHOS A MENOS.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

229 - Presente informação da DOT, com a ref. MF.15.2013, na qual se propõe a aprovação de trabalhos a menos no valor de **16.915,31 € (dezasseis mil novecentos e quinze euros e trinta e um cêntimos)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 379º do CCP, respeitante à supressão do fornecimento do equipamento e mobiliário para a cafetaria.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª MF.15.2013, que fica anexa (Anexo 1) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, no âmbito do contrato de empreitada de “Requalificação do Património Stephens – FASE 1 - Serviços educativos, galeria municipal e cafetaria”, celebrado com a empresa Habitâmega-Construções, SA, aprovar:

- a) trabalhos a menos no valor de 16.915,31 € (dezasseis mil novecentos e quinze euros e trinta e um cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 379º do CCP, respeitante à supressão do fornecimento do equipamento e mobiliário para a cafetaria;**

A Câmara Municipal delibera ainda, notificar o co-contratante para os efeitos previstos no artigo 379.º, n.º 1, do CCP.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA” – CP N.º 05/2011 – TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.

230 - Presente informação da DOT, com a ref. MF.16.2013, na qual se propõe a aprovação de trabalhos de suprimento de erros e omissões no valor de **10.846,42 € (dez mil oitocentos e quarenta e seis euros e quarenta e dois cêntimos)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 376º do CCP, respeitantes às quantidades desconformes com a realidade ou não descritas.

Considerando que os trabalhos em apreço se destinam à realização da mesma empreitada.

Considerando que os trabalhos de suprimentos dos erros e omissões se destinam a suprir erros e omissões detetados e necessários à execução e conclusão da obra.

Considerando que pode ser ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 376º do CCP, uma vez que o valor dos presentes trabalhos, calculada ao novo preço contratual por força da anterior aprovação de trabalhos a menos, corresponde a 3,60 % e que, somados os anteriores trabalhos de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

suprimento de erros e omissões e anteriores trabalhos a mais, corresponde a 30,67 % do novo preço contratual.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª MF.16.2013, que fica anexa (Anexo 2) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, no âmbito do contrato de empreitada de “Requalificação do Património Stephens – FASE 1 - Serviços educativos, galeria municipal e cafetaria”, celebrado com a empresa Habitâmega-Construções, SA, aprovar:

- a) alterações introduzidas ao projeto de arquitetura inicial;**
- b) trabalhos de suprimento dos erros e omissões no valor de 10.846,42€ (dez mil oitocentos e quarenta e sei euros e quarenta e dois cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 376º, nº 1, do CCP, respeitante às quantidades desconformes com a realidade ou não descritas;**
- c) o prazo de 10 dias, necessários à execução dos trabalhos de suprimentos dos erros e omissões agora aprovados, que não determina a prorrogação do prazo da execução da obra,**

da empreitada designada por “Requalificação do Património Stephens - Fase 1, Serviços Educativos, Galeria Municipal e Cafetaria”, adjudicada à firma “Habitâmega - Construções, SA”.

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta do contrato a celebrar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR A 1 DE ABRIL DE 2013

231 - Presente informação n.º 883/2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, de 08 de março do corrente ano, referente à atualização do valor das rendas de habitação social da Praceta da Liberdade e Bairro do Camarnal (Velho).

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, regula o Regime de Renda Apoiada;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização das rendas de habitação social, constantes nos seguintes quadros:

1 – Praceta da Liberdade

| BLOCO | MORADOR | FOGO | DATA CONTRATO | RENTA/12 | RENTA/13 |
|-------|----------------------------|----------|---------------|----------|----------|
| 4 | Laurinda Pereira Rodrigues | 1.º Esq. | 30-12-2009 | 14,21€ | 13,72€ |

2 – Bairro Camarnal (velho)

| MORADOR | FOGO | DATA CONTRATO | RENTA/12 | RENTA/13 |
|--|---------|---------------|----------|----------|
| Sandra Catarina Rebelo dos Santos Galo | Casa 31 | 05-12-2006 | 19,01 € | 20,73 € |

Mais delibera que os valores das rendas acima descritos entrem em vigor a 1 de abril de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO A FAVOR DE HORTÊNCIA BATISTA ASCENSO RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE BLOCO 8, 3.º ESQUERDO, CASAL DE MALTA, POR MORTE DO CÔNJUGE - PRIMITIVO ARRENDATÁRIO DA FRAÇÃO.

232 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 1423/2013, do cônjuge sobrevivente, a solicitar a transmissão do direito de arrendamento;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

Presente informação n.º 766 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, de 1 de março de 2013, referente ao pedido de transmissão do direito de arrendamento, efetuado por Hortência Batista Ascenso, por morte do seu cônjuge.

Considerando que Daniel Mendes da Veiga era arrendatário do Município da Marinha Grande;

Considerando que o falecido arrendatário era casado com Hortência Batista Ascenso;

Considerando que o mesmo faleceu a 10 de março de 2012, conforme documento comprovativo apresentado;

Considerando que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 1106.º do Código Civil: “ *O arrendamento para habitação não caduca por morte do arrendatário quando lhe sobreviva o cônjuge com residência no locado ou pessoa que com o arrendatário vivesse no locado em união de facto e há mais de um ano*”.

Considerando por último que a alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, na qual se refere que: “ *A posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para o cônjuge com residência no locado...*”

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, concordar com a transmissão do direito de arrendamento para o nome do cônjuge sobrevivente – Hortência Batista Ascenso – contribuinte fiscal número 195242610.

Mais delibera que, os recibos de renda mensal passem a ser emitidos em nome de Hortência Batista Ascenso.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - REAPRECIÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA DA INQUILINA HORTÊNCIA BATISTA ASCENSO, PRACETA DA LIBERDADE BLOCO 8, 3.º ESQ.º, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL.

233 - Presente informação n.º 849 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, de 06 de março de 2013, referente a pedido de reapreciação do valor da renda, por parte do

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

inquilino mencionado em epígrafe, por motivo de alteração do rendimento mensal do agregado familiar.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando que o Decreto-Lei Lei n.º 166/93, de 7 de maio, regula o Regime de Renda Apoiada;

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 166/93, de 7 de maio: “ a renda pode ainda ser reajustada, a todo o tempo, sempre que se verifique alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar resultante de morte, invalidez permanente e absoluta ou desemprego de um dos seus membros.”

A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, concordar com a reavaliação do valor da renda de habitação social, constante no seguinte quadro:

Praceta da Liberdade, Bloco 8

| MORADOR | FOGO | DATA CONTRATO | RENTA/12 | RENTA/13 |
|---------------------------|----------|---------------|----------|----------|
| Hortênsia Batista Ascenso | 3.º Esq. | Março 2000 | 29,22 € | 4,85€ |

Mais delibera que o valor da renda acima descrita entre em vigor, a partir do dia 1 de abril de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - ANULAÇÃO DAS GUIAS DE RECEITA REFERENTES AOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DO CORRENTE ANO, EM NOME DE CATARINA SOLANGE SOARES, INQUILINA RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE BLOCO 3 RÉS-DO-CHÃO DIREITO.

234 - Presente informação n.º 876/2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, de 6 de março, na qual se dá conta da necessidade de se proceder à anulação das guias de receita referentes, respetivamente, aos meses de janeiro e fevereiro de 2013 em nome de Catarina Solange Soares, inquilina residente na morada em epígrafe.

Considerando que em reunião de câmara, de 13 de dezembro do ano transacto, foi deliberada a reapreciação do valor da renda;

Considerando que em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado, o valor da renda a aplicar, com efeitos a partir de janeiro do corrente ano, seria de 48,03€.

Considerando que o valor atualizado da renda não foi introduzido na aplicação das Rendas a partir do referido mês de janeiro de 2013.

Considerando por fim que, durante o mês de janeiro e fevereiro, as guias de receita continuaram a ser emitidas no valor de 58,59€;

Considerando que a inquilina em causa, não efetuou o pagamento dos referidos meses;

A Câmara analisou a referida informação e delibera ao abrigo da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, concordar com a anulação das guias de receita número 2013/2/57 e 2013/2/3082 referentes, respetivamente, aos meses de janeiro e fevereiro de 2013, em nome de Catarina Solange Soares, contribuinte fiscal n.º 214 032 698, no valor total de 117,18€.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO A FAVOR DE FERNANDA ALVES BATISTA POMBO, RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO L 1.º FRENTE DIREITO, CASAL DE MALTA, POR MORTE DO CÔNJUGE - PRIMITIVO ARRENDATÁRIO DA FRAÇÃO.

235 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 1825/2013, de Fernanda Alves Batista Pombo, a solicitar a transmissão do direito de arrendamento da habitação na Avenida da Liberdade Bloco L 1.º frente Casal de Malta;

Presente informação n.º 899 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, de 8 de março do corrente ano, referente ao pedido de transmissão do direito de arrendamento, efetuado por Fernanda Alves Batista Pombo, por morte do seu cônjuge.

Considerando que José Cristiano Ferreira Marques, era arrendatário do Município da Marinha Grande;

Considerando que o falecido arrendatário era casado com Fernanda Alves Batista Pombo;

Considerando que o mesmo faleceu a 4 de dezembro de 2012, conforme documento comprovativo apresentado;

Considerando que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 1106 do Código Civil: “ *O arrendamento para habitação não caduca por morte do arrendatário, quando lhe sobreviva o cônjuge com residência no locado ou pessoa que com o arrendatário vivesse no locado em união de facto e há mais de um ano*”.

Considerando por último que a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, na qual se refere que: “ *A posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para o cônjuge com residência no locado...*”

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, concordar com a transmissão do direito de arrendamento para o nome do cônjuge sobrevivente – Fernanda Alves Batista Pombo - contribuinte fiscal número 156 732 459.

Mais delibera que, os recibos de renda mensal passem a ser emitidos em nome de Fernanda Alves Batista Pombo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO N.º 85, SITA NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE, CAMARNAL – MARIA ADELINA M. VEIGA - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

236 - Presente informação n.º 897 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, de 8 de março do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social sita na Rua Adriano Marques Nobre n.º 85 Camarnal.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, regula o Regime de Renda Apoiada;

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando por fim que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

| MORADOR | FOGO | DATA CONTRATO | RENTA/12 (novembro) | RENTA/13 (abril) |
|------------------------|------|---------------|------------------------|---------------------|
| Maria Adelina M. Veiga | 85 | 4/11/2004 | 15,44€ | 4,85€ |

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 4,85€ e calculada nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de abril do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 1.º DIREITO DO BLOCO 44, SITA NA RUA DA CHARNEQUINHA, MOITA – CARLA SOFIA PAULO DE JESUS - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

237 - Presente informação n.º 1021 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, de 13 de março do corrente ano, dando conta da necessidade de se proceder à reapreciação do valor da renda referente à habitação social sita na Rua Charnequinha Bloco 44 1.º Direito.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, regula o Regime de Renda Apoiada;

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando por fim que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à reapreciação do valor da renda de habitação social, constante no seguinte quadro:

Rua da Charnequinha

| BLOCO | MORADOR | FOGO | DATA CONTRATO | RENDA/13 (fevereiro) | RENDA/13 (abril) |
|-------|-------------------------|---------|---------------|-------------------------|---------------------|
| 44 | Carla Sofia P. de Jesus | 1.º Dto | 28/03/2010 | 56,93€ | 5,13€ |

Mais delibera que o valor da renda acima descrita entre em vigor, a partir do dia 1 de abril de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - FORNECIMENTO DE ALMOÇOS A ALUNOS CARENCIADOS PERTENCENTES AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS GUILHERME STEPHENS E NERY CAPUCHO, APÓS O TERMO DA 2.ª FASE DE ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS ESCOLARES.

238 - Presente informação n.º 908/2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, de 11 de março do corrente ano, a dar conta do envio, fora de prazo, de cinco candidaturas aos subsídios escolares.

Considerando que o Agrupamento de Escolas Guilherme Stephens e o Agrupamento de Escolas Nery Capucho procederam à entrega de duas e três candidaturas respectivamente.

A Câmara Municipal apreciou informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal participar no apoio à ação social escolar, conforme preveem as alíneas l) do n.º 1 e d) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei nº 169/99, de 18 setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e, ainda em conformidade com o Despacho n.º 12284/2011 do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, datado de 19 de setembro, delibera autorizar o fornecimento de almoços aos seguintes alunos abaixo indicados, de acordo com o seu posicionamento no escalão de abono de família, durante o presente ano letivo:

- Martim Soares de Oliveira (J.I. Ordem): escalão B
- Catarina Batista Filipe (EB1 Várzea): escalão A
- Gabriel Francisco Domingues (J.I. Pedrulheira): escalão A
- Carlos Henrique Soares de Oliveira (E.B.1 João Beare): escalão B
- Lara Isabel Dinis Sousa (E.B.1 João Beare): escalão A

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE ABRIL DO CORRENTE ANO.

239 - Presente informação n.º 1029 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, de 13 de março do corrente ano, referente à atualização do valor da renda de habitação social, sita na Rua Professor Melo Vieira Bloco 9.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, regula o Regime de Renda Apoiada;

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Rua Professor Melo Vieira

| BLOCO | MORADOR | FOGO | DATA CONTRATO | RENTA/12 | RENTA/13 |
|-------|---------------------------|---------|---------------|----------|----------|
| 9 | Margarida Alexandra Silva | R/C Dto | 28/03/2006 | 4,85€ | 6,75€ |

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 6,75€ e calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de abril do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - PRÉDIO DEGRADADO – RUA JOAQUIM CARVALHO DE OLIVEIRA, N.º 16 – MARINHA GRANDE - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIOS: HERDEIROS DE JOSÉ INÁCIO ALVES E MARIA ROSA LUCAS - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – AUTO DE VISTORIA - TRABALHOS DE CORREÇÃO DE DEFICIÊNCIAS E MÁS CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE E SEGURANÇA.

240 - Por deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 15-11-2012, foi determinada a realização de vistoria urgente às condições de segurança e salubridade da edificação existente na Rua Joaquim Carvalho de Oliveira, n.º 16, Marinha Grande, propriedade dos herdeiros de José Inácio Alves e de Maria Rosa Lucas, de cuja herança é cabeça de casal Rosa Maria Alves João, tendo em vista determinar os riscos e perigosidades para a segurança de pessoas e bens, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, fixando, se for caso disso, a respetiva ordem de prioridades.

Na sequência da realização da vistoria em 18-02-2013, foi-nos presente o Auto de Vistoria respetivo, datado de 07-03-2013, que aqui se dá para todos os efeitos legais como integralmente reproduzido e que fica anexo à ata (**Anexo 3**), do qual se transcrevem as respetivas conclusões:

“...considera a comissão de vistorias ser urgente e inadiável a tomada de medidas visando a correcção dos aspectos estruturais da edificação, nomeadamente ao nível da estrutura das paredes e da limpeza da edificação, propondo para o efeito o prazo de 60 dias para correcção das referidas anomalias, nomeadamente:

1. Reparação das paredes estruturais do edifício, de modo a evitar a eventual queda para a via pública e prédios contínuos;
2. Limpeza das áreas interiores e exteriores (pátio tardoz) do edifício, retirando materiais, lixos e combustível florestal, criadores de insalubridade e potenciadores de incêndio.

Tendo em conta os valores correntes de mercado, estimam-se as obras necessárias em 5.300,00€ (cinco mil e trezentos euros).”.

A Câmara Municipal apreciou o referido auto de vistoria e tendo em vista eliminar os riscos para a salubridade e segurança de pessoas e bens, decorrentes do eventual agravamento das patologias detectadas delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do art.º 89.º, do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da respetiva notificação, dos trabalhos abaixo identificados, sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis previstas no RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, RMEU-Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização e demais legislação aplicável, notificando para o efeito a herdeira e cabeça de casal da herança, Rosa Maria Alves João, residente na Rua Central, n.º 16, Albergaria, Marinha Grande:

1. Reparação das paredes estruturais do edifício, de modo a evitar a eventual queda para a via pública e prédios contínuos;
2. Limpeza das áreas interiores e exteriores (pátio tardoz) do edifício, retirando materiais, lixos e combustível florestal, criadores de insalubridade e potenciadores de incêndio.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - PRÉDIO DEGRADADO – RUA LUCIANO MIGUÉIS, N.º 17 – MARINHA GRANDE - RISCO DE DERROCADA DA COBERTURA – DERROCADA PARCIAL JÁ VERIFICADA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIA: MARIA CESARINA GUERRA MORAIS OLIVEIRA BELO - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E

**MANUTENÇÃO – AUTO DE VISTORIA - TRABALHOS DE CORREÇÃO DE DEFICIÊNCIAS E
MÁS CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE E SEGURANÇA.**

241 - Por deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 20-12-2012, foi determinada a realização de vistoria urgente às condições de segurança e salubridade da edificação existente na Rua Luciano Miguéis, Marinha Grande, propriedade Maria Cesarina Guerra Morais Oliveira Belo, tendo em vista determinar os riscos e perigosidades para a segurança das pessoas que nela habitam e dos seus bens, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, fixando, se for caso disso, a respetiva ordem de prioridades.

Na sequência da realização da vistoria em 23-01-2013, foi-nos presente o Auto de Vistoria respetivo, datado de 05-03-2013, que aqui se dá para todos os efeitos legais como integralmente reproduzido e que fica anexo à ata (**Anexo 4**), do qual se transcrevem as respetivas conclusões:

“Considerando as patologias detetadas e o subsequente diagnóstico, propõe-se como necessária uma intervenção que contemple os seguintes trabalhos:

- 4.1 Reparação da cobertura;
- 4.2 Aplicação de camada isolante (telas asfálticas ou resinas acrílicas) nas áreas expostas de transição dos planos de cobertura;
- 4.3 Reparação e pintura dos tetos e paredes interiores.

5. Tendo em conta os valores correntes de mercado estimam-se as obras necessárias em 900€ (novecentos euros) (...).

6. Calendarização

Prevê-se que os trabalhos em causa se possam realizar no período de 15 (quinze) dias.”.

A Câmara Municipal apreciou o referido auto de vistoria e tendo em vista eliminar os riscos para a salubridade e segurança de pessoas e bens, decorrentes do eventual agravamento das patologias detectadas delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do art.º 89.º, do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da respetiva notificação, dos trabalhos abaixo identificados, sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis previstas no RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, RMEU-Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização e demais legislação aplicável, notificando para o efeito a proprietária, Maria Cesarina Guerra Morais Oliveira Belo, residente na Quinta do Amieiro de Cima, lote 12, R/chão Esquerdo, 6000-130 Castelo Branco:

1. **Reparação da cobertura;**
2. **Aplicação de camada isolante (telas asfálticas ou resinas acrílicas) nas áreas expostas de transição dos planos de cobertura;**
3. **Reparação e pintura dos tetos e paredes interiores.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte de março de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **1.936.066,18 €** (um milhão, novecentos e trinta e seis mil e sessenta e seis euros e dezoito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

242 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. **REQ. N.º 249/13 – PC N.º 287/12 – MANUEL CARVALHO JUNIOR**
2. **REQ. N.º 8/13 – PC N.º 6/13 – VITOR MANUEL DE MATOS FRANCO**
3. **REQ. N.º 415/13 – PC N.º 69/12 – ANTÓNIO LOURENÇO SIMÕES**
4. **REQ. N.º 323/13 – PC N.º 10/13 – EULÁLIA FARTO FRANCISCO**
5. **REQ. N.º 172/13 – PC N.º 38/2013 – NÁDIA ISABEL DE OLIVEIRA COELHO**
6. **PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS EM ACIDENTE DE VIAÇÃO – REQUERENTE: EDUARDO EMANUEL FRÓIS CLEMENTE - RUA DAS FONTAINHAS, COMEIRA - BURACOS NA FAIXA DE RODAGEM – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIAÇÃO E DEFERIMENTO.**

7. PRÉDIO EM RISCO DE DERROCADA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – RUA PIRES DE CAMPOS, NºS. 16 A 20, VIEIRA DE LEIRIA - RECLAMAÇÕES DE MORADORES - PROPRIETÁRIA: RITA MARIA TEIXEIRA DINIS CUNHA FETEIRA GOMES CONCEIÇÃO E OUTROS - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – AUTO DE VISTORIA – TRABALHOS PARCIAIS JÁ EXECUTADOS - TRABALHOS DE CORREÇÃO DE OUTRAS DEFICIÊNCIAS E MÁIS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA.
8. ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE – PEDIDO DE COLABORAÇÃO PARA O II TORNEIO DA PÁSCOA
9. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 2º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ITED EM EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 249/13 – PC N.º 287/12 – MANUEL CARVALHO JUNIOR

243 - Presente pedido de licenciamento (legalização) de obra de construção de alteração e ampliação de edifício de habitação e comércio/serviços, licenciamento (legalização) de obra de construção de anexos de apoio à habitação e licenciamento de obra de demolição de anexo, sitos na Estrada do Pero Neto, lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, erigidos no prédio inscrito na matriz urbana sob o n.º 8297 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3361 dispondo dos seguintes antecedentes, em nome de Manuel Carvalho Júnior: Processo n.º 1422/1979, referente a obras de alteração e ampliação da habitação, com licença n.º 1066/1979 e Processo n.º 408/2002, de licenciamento de estabelecimento de restauração e bebidas, com licença n.º 28/2005.

Presente parecer técnico datado de 19 de março de 2013, que refere a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propõe a aprovação do respetivo projeto de arquitetura, condicionado à apresentação de peças gráficas demonstrativas de detalhe técnico e construtivo de modo a que fique garantido que a obra não se projete para além do limite do prédio e que a beira do telhado não goteje sobre o prédio vizinho. Presente parecer da autoridade concelhia de saúde, favorável condicionado, comunicado pelo ofício n.º 506, de 12/ de novembro de 2012.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico datado de 19 de março de 2013, que sobre ela recaiu, e parecer favorável condicionado emitido pela autoridade concelhia de saúde, comunicado pelo ofício n.º 506, de 12/ de novembro de 2012, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos seguintes elementos:
 - a) Peças gráficas demonstrativas de detalhe técnico e construtivo que esclareçam a solução adotada, de forma a garantir que a obra a licenciar não se projete para além do limite do prédio e que a beira do telhado não goteje sobre o prédio vizinho;
 - b) Projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do Art.º 20º do RJUE - Dec.-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Dec.-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, com alteração introduzida pela lei n.º 28/2010, de 02 de setembro.
2. Observar o conjunto de cláusulas na execução da obra e posterior utilização, constantes no parecer da autoridade concelhia de saúde, que se transcreve:

“Favorável Condicionado

 1. Desde que seja cumprido na íntegra o exposto no projeto e demais legislação aplicável;
 2. As superfícies do solo e das paredes, devem ser de materiais impermeáveis, não absorventes, laváveis e não tóxicas (n.º 1, alínea a) e b), capítulo II, do Regulamento n.º 852/2004, de 29 de abril de 2004);
 3. A torneira da cuba de lavagem da copa, deve ser dotada de sistema de acionamento não manual (n.º 4, artigo 6º do Decreto Regulamentar n.º 20/2008, de 27 de novembro) dotada de água quente e fria, materiais de limpeza das mãos e dispositivos de secagem higiénica. Na copa suja deverá ainda existir máquina de lavar loiça (n.º 8, artigo 6º do Decreto Regulamentar n.º 20/2008, de 27 de novembro);
 4. Devem existir tantos armários individuais, quantos os funcionários (n.º 2, artigo 41º do Decreto-Lei n.º 243/86, de 20 de agosto);
 5. Os produtos de limpeza e os desinfetantes não devem ser armazenados em áreas onde são manuseados géneros alimentícios (n.º 10, Capítulo I, Anexo II, do Regulamento n.º 852/2004, de 29 de abril de 2004);
 6. A torneira do lavatório da instalação sanitária dos funcionários, deve ser dotada de um sistema de acionamento de água não manual.”
- 3- A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 8/13 – PC N.º 6/13 – VITOR MANUEL DE MATOS FRANCO

244 - Presente pedido de licenciamento (legalização) de obra de construção de alteração e ampliação da moradia sita na Rua Joaquim Domingues, gaveto com a Rua da Escola Secundária n.º 2, lugar de Boavista, Freguesia de Marinha Grande, erigida no prédio misto, inscrito na matriz urbana sob o n.º 3102 e inscrito na matriz rústica sob o n.º 6274, e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 17994, dispondo do seguintes antecedente: Processo n.º 330/1945, de Manuel Franco Sobrinho, referente a obra de construção de moradia com Alvarás de Licença de Construção n.º 4/1946, de 23 de janeiro.

Presente parecer técnico datado de 14 de março de 2013, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do respetivo projeto de arquitetura condicionado à apresentação de peças gráficas e escritas com a menção do material de revestimento da cobertura da garagem.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico datado de 14 de março de 2013, que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos seguintes elementos:**
 - 1. Peças gráficas e escritas com a menção do material de revestimento da cobertura da garagem;**
 - 2. Projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do Art.º 20º do RJUE - Dec.-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Dec.-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, com alteração introduzida pela lei n.º 28/2010, de 02 de setembro.**
- 2. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 415/13 – PC N.º 69/12 – ANTÓNIO LOURENÇO SIMÕES

245 - Presente pedido de licenciamento referente à legalização de obras efetuadas numa edificação existente, localizada na Rua das Saudades, lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 04/10/2012.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

Presente projeto de estabilidade, devidamente instruído com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Dec-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da lei nº 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 20/03/2013 que atesta estar o referido projeto apto a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Dec-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da lei nº 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 323/13 – PC N.º 10/13 – EULÁLIA FARTO FRANCISCO

246 - Presente processo de licenciamento nº 10/13, apresentado por Eulália Farto Francisco, com o NIF 113644574, residente na Rua Joaquim Tomé Feteira, nº 58, Freguesia de Vieira de Leiria, respeitante ao licenciamento da legalização de ampliação e alteração de moradia e anexos, incidente sobre um prédio sito na Rua Joaquim Tomé Feteira, nº 58, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presente informação técnica datada de 14/03/2013, que refere que o presente pedido não se encontra em condições de merecer aprovação, por violar normas legais e regulamentares,

nos termos previstos na alínea a) do nº 1 do Artº 24º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Dec-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da lei nº 28/2012, de 2 de setembro, designadamente por:

1. No **Des. Nº 1** (Planta do existente e projetado) se representar uma janela na cozinha no alçado posterior, como existente.
Da consulta do PC 142/00 verifica-se que foi aprovada a eliminação dessa janela e a abertura de uma nova janela no alçado lateral direito.
Essa janela, tal como é apresentada agora, não cumpre com o disposto no Artº 73º do RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas), por possuir obstáculos a menos de 2,0 m do seu eixo vertical.
2. No **plano de acessibilidades** se propor a execução de uma futura rampa de acesso à moradia, nos quais contraria o previsto na alínea 1) do nº 2.5.1 da secção 2.5 do Anexo do Dec-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto, por apresentar uma inclinação de 14% valor superior aos 6% permitidos.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 14/03/2013, que propõe o indeferimento e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes, delibera notificar o requerente, nos termos previstos nos artigos 100º e 101º do Código de Procedimento Administrativo, para no prazo de 30 dias se pronunciar acerca do projeto de indeferimento do pedido.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 172/13 – PC N.º 38/2013 – NÁDIA ISABEL DE OLIVEIRA COELHO

247 - Presente requerimento apresentado por Nádia Isabel de Oliveira Coelho, com o NIF 261402170, a solicitar a realização de vistoria ao imóvel sito em Rua da Índia, n.º 1, lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, em virtude de o mesmo apresentar infiltrações e outras anomalias que podem pôr em perigo a saúde dos que nele habitam.
Presente parecer emitidos pelos serviços em 22/02/2013, a enquadrar devidamente a pretensão.

A Câmara Municipal analisou o pedido apresentado por Nádia Isabel de Oliveira Coelho, com o NIF 261402170, a solicitar a realização de vistoria ao imóvel sito em Rua da Índia, n.º 1, lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, em virtude de o mesmo apresentar infiltrações e outras anomalias que podem pôr em perigo a saúde dos que nele habitam, bem como o parecer técnico dos serviços e concordando com os fundamentos de facto e de direito dele constantes, delibera, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

28/2010, de 02/09, determinar a realização de vistoria ao imóvel sito em Rua da Índia, n.º 1, lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Luís Filipe Ferreira Lopes Cortes, residente na Rua da Índia, n.º 39, Ordem, Marinha Grande, para verificação da eventual existência de más condições de salubridade, agendando-se a mesma para dia 04/04/2013, pelas 11h00, devendo o auto a elaborar conter as menções constantes do n.º 4 do mencionado artigo.

Mais deliberou, nos termos do nº 1 do artigo 90.º RJUE, designar os elementos que constituirão a comissão que efetuará a vistoria:

- 1) Membros efetivos
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Eng.º Vasco Fernandes
- 2) Membros suplentes
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Ricardo Santos
Dra. Eunice Marques

Deliberou, ainda, informar o proprietário do imóvel que poderá, nos termos do n.º 3 do referido artigo 90.º, indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos que deverão ser respondidos pelos técnicos que compõem a respetiva comissão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**6 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS EM ACIDENTE DE VIAÇÃO –
REQUERENTE: EDUARDO EMANUEL FRÓIS CLEMENTE - RUA DAS FONTAINHAS,
COMEIRA - BURACOS NA FAIXA DE RODAGEM – RESPONSABILIDADE CIVIL –
APRECIACÃO E DEFERIMENTO.**

248 - Presente requerimento apresentado em 04-02-2013, por Eduardo Emanuel Fróis Clemente (registo de entrada n.º E/964/2013), no qual solicita indemnização pelos danos causados na sua viatura quando, no dia 30 de janeiro último, cerca das 21H20, ao circular na Rua das Fontainhas, desta cidade, passou por cima de dois buracos sem sinalização existentes na faixa de rodagem e rebentou o pneu esquerdo e danificou o pneu direito do seu automóvel, danos que imputa aos serviços municipais.

Presente a respetiva Participação da PSP-Polícia de Segurança Pública (E/1000/2013) que chamada ao local confirmou os danos na viatura e a existência dos dois buracos com razoáveis dimensões na faixa de rodagem da via.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

Presente Informação n.º 1/860/2013-FO, de 06-03-2013, na qual se apreciam os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar o lesado/requerente, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/860/2013 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 329,60€ (trezentos e vinte e nove euros e sessenta cêntimos), com IVA incluído, apresentado por Eduardo Emanuel Fróis Clemente, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.

Mais deliberou informar o lesado, Eduardo Emanuel Fróis Clemente, que deve comparecer pessoalmente na Tesouraria da Câmara Municipal aquando do recebimento do montante desta indemnização, por forma a poder assinar o respectivo recibo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - PRÉDIO EM RISCO DE DERROCADA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – RUA PIRES DE CAMPOS, NºS. 16 A 20, VIEIRA DE LEIRIA - RECLAMAÇÕES DE MORADORES - PROPRIETÁRIA: RITA MARIA TEIXEIRA DINIS CUNHA FETEIRA GOMES CONCEIÇÃO E OUTROS - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – AUTO DE VISTORIA – TRABALHOS PARCIAIS JÁ EXECUTADOS - TRABALHOS DE CORREÇÃO DE OUTRAS DEFICIÊNCIAS E MÁS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA.

249 - Por deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 15-11-2012, foi determinada a realização de vistoria urgente, na sequência da derrocada de partes substanciais da construção, às condições de segurança e estabilidade das edificações existentes no prédio sito na Rua Pires de Campos, nºs. 16 a 20, Vieira de Leiria, propriedade de Rita Maria Teixeira Dinis Cunha Feteira Gomes Conceição e outros, tendo em vista determinar os riscos para a segurança de pessoas e bens, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, fixando, se for caso disso, a respetiva ordem de prioridades.

Realizada a vistoria no passado dia 03-12-2012, foi-nos agora presente o Auto de Vistoria respetivo, datado de 15-02-2013, que aqui se dá para todos os efeitos legais como integralmente reproduzido e que fica anexo à ata (**Anexo 5**), do qual se transcrevem as respetivas conclusões:

“Evidentes sinais de degradação de todo o conjunto, nomeadamente: -----
- Abaulamento da fachada do corpo principal do edifício (Rua Pires de Campos). -----
- Degradação da parede estrutural do imóvel, na fachada principal junto da Rua Pires de Campos, no canto noroeste, com fissuras e deterioração da sua base. -----
- Diversas fissuras ao nível da fachada principal do edifício, tendo provocado a queda de partes significativas dos azulejos que a revestem, verificando-se ainda a queda iminente para a via pública, de outras partes consideráveis deste revestimento. -----
- Quebra sucessiva de vidros e consequente queda para a via pública. -----
- Alguns elementos dos guarda-corpos das varandas e partes significativas das cantarias das suas fachadas, encontram-se em risco de queda para a via pública. -----“.

“Perante tais constatações, considera a comissão de vistorias que deverão ser tomadas as medidas adequadas, visando a correção dos aspetos estruturais da edificação, nomeadamente, estrutura, proteção de vãos e limpeza das edificações, propondo para o efeito o prazo de 90 dias para correção das referidas anomalias, nomeadamente:-----

1. Reparação das paredes estruturais dos edifícios, das suas estruturas (pilares, vigas e lajes) incluindo as estruturas de suporte das suas coberturas, com substituição/remoção das telhas partidas, de modo a evitar a eventual queda para a via pública e edificações contíguas.-----
2. Reparação, proteção e tapamento dos vãos do conjunto edificado que se encontram devassados, em todas as suas fachadas.-----
3. Reparação dos elementos dos guarda-corpos das varandas e das cantarias das fachadas.-----
4. Remoção de entulho das partes das edificações que se encontram em ruínas, para local devidamente adequado.-----
5. Limpeza das áreas interiores e exteriores dos edifícios, incluindo os respetivos logradouros, retirando materiais, lixos, entulhos e escombros das construções que se encontram em risco de ruir.-----
6. Limpeza de toda a vegetação que prolifera nos logradouros dos edifícios.-----“.

Foi-nos também presente informação dos serviços de Fiscalização Municipal de 25-02-2013, produzida no processo 362/12, apresentado pela proprietária, relativo à execução de obras de beneficiação, na qual se refere que já foram executados alguns dos trabalhos elencados no auto de vistoria, designadamente o fecho de vãos de janelas e portas no alçado principal e a demolição de uma cobertura (telhado) existente a tardoz do imóvel.

A Câmara Municipal apreciou e tendo em vista eliminar os riscos para a segurança de pessoas e bens, decorrentes de eventuais novas derrocadas da edificação que se encontra degradada e em más condições de segurança e de salubridade, delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do art.º 89.º, do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização no prazo máximo de 90 dias a contar da respetiva notificação, dos trabalhos abaixo identificados, sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis previstas no RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e demais legislação aplicável, notificando para o efeito a proprietária Rita Maria Teixeira Dinis Cunha Feteira Gomes Conceição, residente na Rua Maestro António Taborda, n.º 56 – 2.º, 1200-716 Lisboa:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

1. **Reparação das paredes estruturais dos edifícios, das suas estruturas (pilares, vigas e lajes) incluindo as estruturas de suporte das suas coberturas, com substituição/remoção das telhas partidas, de modo a evitar a eventual queda para a via pública e edificações contíguas.**
2. **Reparação, proteção e tapamento dos vãos do conjunto edificado que se encontram devassados, em todas as suas fachadas, caso ainda não se encontrem totalmente executadas.**
3. **Reparação dos elementos dos guarda-corpos das varandas e das cantarias das fachadas.**
4. **Remoção de entulho das partes das edificações que se encontram em ruínas, para local devidamente adequado.**
5. **Limpeza das áreas interiores e exteriores dos edifícios, incluindo os respetivos logradouros, retirando materiais, lixos, entulhos e escombros das construções que se encontram em risco de ruir.**
6. **Limpeza de toda a vegetação que prolifera nos logradouros dos edifícios.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE – PEDIDO DE COLABORAÇÃO PARA O II TORNEIO DA PÁSCOA

250 - Presente carta da Direcção do Atlético Clube Marinhense, datada de 11-03-2013, a informar que vai organizar nos dias 29 e 30 de Março, o II Torneio de Páscoa – João Nóbrega, em Infantis Sub-13, no Campo da Portela, que contará com diversas equipas provenientes dos mais prestigiados clubes portugueses. Durante o evento, as equipas convidadas, bem como familiares e amigos, ficarão alojados nas diversas unidades hoteleiras existentes na nossa cidade.

Com o intuito de tornar mais digna a receção aos participantes convidados, vem o ACM solicitar à Câmara Municipal o apoio na limpeza das áreas envolventes ao campo de jogos.

A Câmara apreciou o pedido e atendendo a que:

- **nos termos da alínea b), do nº 4, do art.º 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, é da sua competência *“Apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra”*;**
- **a realização do evento irá trazer um maior incremento económico à nossa cidade, nomeadamente na utilização de diversas unidades hoteleiras e de restauração;**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

- a finalidade da intervenção solicitada, além de melhorar o espaço público envolvente, visa contribuir para a melhoria das condições de acesso ao recinto onde se vai realizar o evento – Campo da Portela, tornando-as mais dignas e aprazíveis, garantindo um ambiente saudável e equilibrado tanto para este evento como para a prática desportiva regular;

- o Atlético Clube Marinhense é uma entidade legalmente existente, que prossegue fins de interesse municipal relevante, na medida em que promove a actividade desportiva nos escalões de formação/competição, proporcionando a muitas crianças do concelho da Marinha Grande a prática desportiva regular;

delibera, nos termos da alínea b), do nº 4, do artº 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, executar os trabalhos de limpeza do espaço público e das áreas envolventes ao recinto do campo de jogos onde se vai realizar o evento – Campo da Portela.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO
º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE
ESTADO PARA O ANO DE 2013 – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A
EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ITED EM EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS**

251 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica;

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66–B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos nºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos nºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego

público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º TF.03/2013 e requisição interna n.º 10327/2013 do serviço da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de assistência técnica a equipamentos elétricos e ITED em edifícios e equipamentos municipais, para o período de 36 meses, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de assistência técnica a equipamentos elétricos e ITED em edifícios e equipamentos municipais, para o período de 36 meses, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013, 2014, 2015 e 2016 para a contratação

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

de serviços de assistência técnica a equipamentos eléctricos e ITED em edifícios e equipamentos municipais para o período de 36 meses, na classificação orgânica/económica 07/020220, nas ações do PAM 2010/A/180 e 2013/A/1.

Considerando que o preço base a aplicar é de 30.825,60 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato em vigor em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação de *“Serviços de assistência técnica a equipamentos elétricos e ITED em edifícios e equipamentos municipais”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos *“Serviços de assistência técnica a equipamentos elétricos e ITED em edifícios e equipamentos municipais”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
21/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 7

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

252 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:30 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião